

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Reprodução da pobreza e a desigualdade social. Desafios metodológicos na pesquisa.

Emil A. Sobottka.

Cita:

Emil A. Sobottka (2009). *Reprodução da pobreza e a desigualdade social. Desafios metodológicos na pesquisa. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/649>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Reprodução da pobreza e a desigualdade social

Desafios metodológicos na pesquisa

*Emil A. Sobottka*¹

¹ Sociólogo e cientista político, pesquisador do CNPq e professor no PPG em Ciências Sociais da Pucrs. O texto acolhe resultados da pesquisa *Reconhecimento, cidadania e democracia*, apoiada pelo CNPq e pelas Fundações Thyssen e Humboldt, a quem o autor agradece. Mail: sobottka@pucrs.br

A pobreza e sua determinação²

A pobreza nem sempre foi vista como um problema a ser superado. Em contextos específicos, via de regra com influência religiosa determinante, à pobreza foi atribuído ocasionalmente inclusive um valor moralmente positivo. O mandamento ético da misericórdia para com os pobres tem uma longa tradição – e o exercício da misericórdia não tem sido somente para o bem dos pobres, mas dele se esperava um efeito positivo para si próprio e sobre o reconhecimento social. Em casos esporádicos, ainda na atualidade aparecem avaliações positivas da pobreza, colocando-a como uma virtude. Na América Latina, movimentos de base e seus intelectuais orgânicos a partir da década de 1960, por exemplo, construíram uma mística em torno do pobre. Na reflexão da Teologia da Libertação e em teorias sobre os movimentos sociais os pobres por vezes adquiriram um valor ético mítico. Os pobres e a pobreza são vistos em perspectiva romântica também por integrantes de movimentos de protesto de países mais ricos. Em sua história da pobreza, Geremek (1991, p. 14) fala de uma “atratividade exótica” da pobreza – mesmo que ela tenha, segundo este autor, “uma importância secundária”, pois “na consciência social moderna a pobreza é tida inequivocamente como negativa”. Devido a esta avaliação negativa e a aceitação da exigência ética de solidariedade, nas sociedades modernas são buscadas formas de ajudar os pobres a superar a pobreza.

Há meio século o economista John K. Galbraith, em seu livro *A sociedade afluyente* (1958), defendeu a tese de que a sociedade afluyente finalmente estaria em condições de vencer a pobreza e interromper sua auto-reprodução. Sociedades modernas teriam se desenvolvido tanto que nela pobreza não seria mais um problema grave; ela subsistiria apenas residualmente. Com esta tese, aquele autor fazia eco a um otimismo sobre as conquistas já efetivadas e o potencial ainda inexplorado do progresso técnico da sociedade capitalista ocidental. Crescimento econômico era em muitos casos equiparado a desenvolvimento e bem-estar, ao passo que a pobreza era atribuída ao atraso e ao apego à tradição, que mantinham sociedades inteiras como subdesenvolvidas. Havia, inclusive, a convicção de que impulsos externos induziriam as pessoas a deixar a pobreza e a adotar modos modernos de vida. Mesmo que em tempos de transição a distribuição do patrimônio e da renda pudesse ser desigual, já a elevação geral dos níveis de vida, uma espécie de efeito elevador, teria como efeito marginal uma ampliação do bem-estar de todas as camadas sociais.

Hoje poucos se arriscariam a partilhar aquele otimismo. A pobreza e a desigualdade social subsistem e, em muitos lugares, parecem inclusive estar aumentando. Chegamos ao ponto em que, passado aproximadamente meio século desde a publicação daquele livro, aceitamos com alguma naturalidade que a questão proposta hoje para esta reflexão seja sobre quanta desigualdade a democracia pode suportar.

Assim colocada, a questão pode exprimir uma certa resignação sobre a persistência das

² Versão anterior deste subcapítulo está em Sobottka (2007).

desigualdades sociais. Ou uma preocupação ética sobre o modo como nossas sociedades estão organizadas e como as pessoas se relacionam entre si, advinda de uma concepção normativa sobre a sociedade. Mas pode expressar também uma preocupação pragmática sobre a possibilidade de que as tênues malhas que mantêm unido o tecido social possam estar se esgarçando. Esta última perspectiva parece-me mais instigante para ser acolhida nestas reflexões.

Ainda que na consciência moderna a pobreza seja vista como negativa e que haja compromissos éticos e esforços para sua superação, mesmo entre os especialistas há muitas questões relativas à pobreza que permanecem controversas – a começar pela pergunta sobre o que seja a pobreza. Se pobreza designa *situações em que as oportunidades de vida e a participação na riqueza social são limitadas*, o nível de abstração possivelmente permita um amplo consenso, que se desfaz assim que uma definição concretize mais a situação. Talvez por isso na atual discussão sobre a temática cresce em preferência o uso de exclusão no lugar de pobreza (Campos e Pochmann, 2003-2005), sem com isso ganhar muito em precisão conceitual.

Ao buscar na literatura especializada como ela definiu as limitações das oportunidades de vida e na participação no bem-estar da sociedade, encontra-se um mosaico de descrições, tentativas de definição, sugestões de dimensionamento e de superação da pobreza que se intercalam. Ao invés de tentar sistematizá-las, aqui será apresentada uma seleção da diversidade.

Tal como ocorre com a inflação, a pobreza é constatada e medida indiretamente através de manifestações que a acompanham, denominadas *indicadores*. Além disso, nas tentativas de separar pobres de não pobres ou de graduar a intensidade de situações de pobreza, pressupostos normativos sobre como deveria ser uma boa sociedade ou a boa vida têm grande influência. Estes pressupostos variam de sociedade para sociedade e de grupo social para grupo social e se espelham em prioridades políticas distintas. A inextricável mescla de aspectos teórico-metodológicos com questões prático-políticas torna a discussão sobre pobreza e desigualdade social altamente complexa.

Na medição oficial da pobreza nos EUA é usada como base uma cesta básica relativa ao consumo familiar, que se orienta pelas necessidades de uma família mensuradas nos anos 1960. Quem não tem renda suficiente para assegurar a aquisição desta cesta básica é tido como pobre. A despeito de críticas recorrentes (Brady, 2003), a metodologia permaneceu imune às tentativas de reforma.

Em agências intergovernamentais busca-se há algum tempo distinguir a pobreza por graus de intensidade. Uma destas distinções, que há décadas influencia o combate à pobreza, foi apresentada pelo então presidente do Banco Mundial num discurso em Nairobi, em 1973 (McNamara, 1973). Ele dividiu as necessidades humanas, que precisam ser satisfeitas para não ser considerado pobre, em materiais e imateriais, em necessidades de tipo primário e secundário. Segundo aquele gestor, em especial os países desenvolvidos deveriam ajudar para que pelo menos as necessidades materiais, consideradas *necessidades básicas*, de todas as pessoas estivessem satisfeitas. A satisfação das necessidades imateriais também foi considerada importante, mas não prioritária. Ao lado da tradicional política econômica de fomento, este se constitui num marco fundamental para as políticas de combate à pobreza das agências intergovernamentais de desenvolvimento.

Nos anos 1970, a Organização Internacional do Trabalho distinguiu as necessidades em necessidades do *first floor* e *second floor* ou em *hard* e *soft needs*. Entre as primeiras estavam classificadas necessidades de alimentação, saúde, moradia, educação e vestuário. No segundo grupo estavam condições dignas de trabalho, seguridade social, liberdades individuais, comunicação, descanso e lazer. Quando comparadas com outras proposições para separar a pobreza aguda da menos aguda, esta proposição da OIT tem elevado grau de exigência.

Uma distinção freqüente é entre uma pobreza absoluta e relativa. Pessoas absolutamente pobres são aquelas para as quais as condições para existência humana não estão minimamente dadas; a pobreza relativa em contrapartida expressa situações de participação na riqueza social abaixo da média. As situações de limitação das oportunidades de vida e as de participação limitada na riqueza social, acima mencionadas, expressam estas alternativas.

Mesmo que esta separação não possa ser mantida de forma sistemática, as definições para pobreza absoluta nela contidas apontam para um grau de provimento com determinados bens que, ao não ser cumprido, traz riscos sérios para a vida das pessoas afetadas. Duas formas muito frequentes para a quantificação desta situação de pobreza são o acesso a alimentação, expresso em calorias, e disponibilidade financeira, geralmente expressa em quantidade de dólares estadunidenses por dia. Não surpreende que a associação pobreza-déficit nutricional seja defendida pela Organização Mundial da Saúde e a associação pobreza-pouco dinheiro seja preferida pelo Banco Mundial.

Numa análise do relatório do Banco Mundial do ano 1990, sobre pobreza, este procedimento pode ser visto de modo exemplar. Primeiro a pobreza é definida como a incapacidade para atingir um padrão mínimo de vida. Este padrão é então decomposto em indicadores. Para assegurar o padrão medido pelos indicadores incidem custos, que são expressos em unidades monetárias. Para estas unidades monetárias supõe-se que seja possível calcular equivalências para unidades monetárias “internacionais”, como o dólar estadunidense. Através de valores médios é então possível calcular uma quantidade mínima de dinheiro sobre a qual a pessoa precisa dispor para viver. Esta quantidade será a linha divisória abaixo da qual a pessoa é considerada pobre – é, portanto, uma *linha de pobreza*. Pessoas que dispõem sobre bem menos do que este limite são consideradas extrema ou absolutamente pobres.

Uma fórmula muito difundida para medir pobreza relativa refere-se à renda média per capita, e define a pobreza como renda muito abaixo da média. Se esta renda ficar abaixo de um limite imaginário, p. ex. abaixo da metade da média, então as pessoas nesta situação são consideradas pobres. Para fazer uma diferenciação interna entre os pobres com frequência é fixado um limite ainda mais baixo, abaixo do qual as pessoas são considerada absolutamente³ pobres. As definições relativas via de regra conseguem levar melhor em consideração as condições locais; uma restrição à dimensão da renda, como neste caso, tem contudo a desvantagem de não captar a multidimensionalidade da pobreza.

Diversos estudos ressaltam que a pobreza seja uma deficiência cumulativa no acesso a bens essenciais em diversas esferas da vida, como alimentação, trabalho, educação, moradia. Por consequência, são desenvolvidas sugestões para exprimir o suprimento ou seu déficit através de determinadas fórmulas que ponderam importância relativa destes bens e se constituem em índices. O Índice de Desenvolvimento Humano, publicado anualmente pelas Nações Unidas é um exemplo. Em favor destes índices pode-se dizer que eles expressam melhor do que indicadores singulares como renda per capita a multidimensionalidade da pobreza. Contudo, eles podem ser criticados por sua limitada sensibilidade contextual, deixando de considerar dimensões de expressão da pobreza localmente muito significativas.

Estas múltiplas formas para definir e mensurar dimensões da pobreza certamente não poderão ser reduzidas a um denominador comum que ainda tenha capacidade expressiva do fenômeno em questão. Na medida em que indicadores de pobreza apontam para deficiências no acesso a determinados bens como alimentação, moradia, educação ou renda, considerados necessários para uma vida tida como normal, eles expressam a complexidade do fenômeno pobreza e de sua determinação conceitual e quantitativa. Além disso, dependendo de quais as ponderações dadas às diversas dimensões, grupos sociais diferentes passam a ser considerados pobres. Um estudo feito sobre metodologias de medição da pobreza na cidade alemã de Gütersloh apontou exemplarmente para esta situação (Klocke 2000). Dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano apresentados por Alarcón (2001, p. 27) mostram igualmente que os dados referente às mulheres divergem tanto da média do conjunto da população, que muda a posição dos países na classificação. Esta autora defende a necessidade de uma vinculação mais estreita entre o tipo de indicador para classificar as situações de pobreza e os propósitos prático-políticos implicados.

3 A designação *absolutamente* pobres é falaciosa, pois trata-se de uma delimitação que toma por referência o todo, sendo por conseguinte definida de modo *relativo*. Ela difere daquelas definições que tomam um valor determinado de recursos financeiros ou de proteína como minimamente necessários e, conseqüentemente, são delimitações *absolutas* em termos metodológicos.

A despeito da pluralidade e das limitações na definição da pobreza é possível constatar através de diversos indicadores que na América Latina há uma distribuição desigual dos recursos que permitem melhores oportunidades de vida. Ainda que os dados agregados disponíveis não permitam verificar em que medida os grupos de pobres definidos segundo os diversos indicadores se sobrepõem, a amplitude do fenômeno permite inferir a existência de uma grande quantidade de pessoas que são afetadas simultaneamente por diversas dimensões da pobreza. Destes indicadores aqui serão referidos apenas alguns a título de exemplo.

Os indicadores mais freqüentes de pobreza se referem à renda. Na América Latina, os 10% mais ricos em termos de renda per capita por domicílio se apropriam de 48% da renda, ao passo que os 10% mais pobres precisam dividir entre si 1,6% da renda. Nos países desenvolvidos esta proporção é de 29,1% e 2,5%, respectivamente. No Brasil a desigualdade é ainda pior: 47,2% contra 0,9%. A metade mais pobre da população divide entre si 13% da renda nacional (Ferranti et al., 2003). O mesmo estudo mostra que ao lado da renda do trabalho e do capital, também os sistemas de aposentadoria e de transferência direta de renda estão beneficiam desproporcionalmente as camadas superiores, levando a que boa parte das políticas sociais concentre ao invés de repartir renda. No Brasil, os 20% mais ricos recebem 62,9% da aposentadoria e os 20% mais pobres apenas 2%. Em países como Argentina, Uruguai e Chile estas proporções se situam próximas de 50% contra 3%, com tendência a ampliar a desigualdade.

Dados recentes (Barros et al., 2007) apontam para uma ligeira diminuição da desigualdade no Brasil. Como principal responsável para tanto é apontado o programa Bolsa Família. O mesmo estudo, no entanto, permite ver que com transferências inferiores a 1% do PIB seria possível eliminar a pobreza extrema e com 5,4% do PIB poderia ser eliminada toda a pobreza no Brasil – ainda que as linhas de pobreza fixem níveis relativamente modestos para estes dois grupos.

A situação da desigualdade na esfera da educação não é melhor do que na da renda. A população entre 25 e 65 anos tem na Argentina uma escolaridade média de 10,1 anos. Entre os 20% mais ricos e mais pobres a média é de 13,4 e 7,3, respectivamente. Chile e Uruguai têm valores semelhantes. No Brasil a média é de apenas 6,4 anos. Enquanto a média de escolaridade para os 20% mais ricos é de 10,4 anos, para os 20% mais pobres ela é de 3,0. Na Guatemala a situação é ainda mais precária: com uma média de 4,2 anos de escolaridade, os 20% mais ricos têm em média 8,5 anos e os 20% mais pobres apenas 1,4 ano de escolaridade. O analfabetismo funcional, a despeito da relatividade de sua definição, é constatado como sendo de 18% na América Latina entre a população acima de 25 anos. No Chile a taxa é de 2,5%; na Argentina, 5,8%, no Brasil 21,2% e na Guatemala, 47,1%.

A mortalidade infantil, que na América Latina chega a uma média de 71,1 crianças de até 5 anos em cada 1000 nascidos vivos, é em média 2,6 vezes superior entre os 20% mais pobres da população quando comparado com os 20% mais ricos. No Brasil esta proporção é de 2,9 e na Bolívia ela chega a 4,6. Como em muitos destes países a proporção de crianças e adolescentes é grande em comparação com a população total, fica claro que a pobreza segue se reproduzindo intergeracionalmente.

É extremamente difícil conseguir dados confiáveis sobre a distribuição da propriedade da terra na América Latina. Mas Ferranti et al. (2003, p. 325) indicam um coeficiente de Gini de 0,81 – extremamente alto quando comparado com 0,57 para a Europa ocidental. Uma pequena minoria (1%) de grandes proprietários no Brasil possui pouco menos de 50% das terras agricultáveis. Na região dos Andes e em partes da América Central, onde a propriedade da terra também é muito concentrada, soma-se ainda a discriminação étnica.

Em anos recentes foi tentado medir a pobreza ou graus de exclusão social relacionando atributos como cor da pele, origem étnica ou gênero. Estas metodologias ainda são insipientes e necessitam de um refinamento mais sistemático. Mas eles já revelam de forma inconfundível que na América Latina mulheres, crianças, índios, mestiços e negros são afetados pela pobreza muito acima da média e que precisam suportar as conseqüências de sua pobreza em condições mais adversas que outros grupos sociais.

Trabalho e políticas sociais: a questão da distribuição da riqueza

A moderna sociedade capitalista se estrutura centralmente em torno da economia e tem na organização do trabalho um centro nevrálgico. Quando surgem as primeiras políticas sociais, elas são tributárias da convicção de que o trabalho seja o (principal) centro organizador das relações sociais na sociedade capitalista moderna e também centro irradiador de conflito em torno da apropriação da riqueza produzida solidariamente. As regras de acesso geralmente tomam como referência o trabalho ou sua ausência e definem benefícios estratificadamente; só excepcionalmente libertam o indivíduo de sua submissão ao preço de seu trabalho no mercado. Tomadas em seu conjunto, em países onde melhor se desenvolveram, as políticas sociais formaram aquilo que Esping-Anderson denominou regimes de bem-estar, conformados como resultado de uma série de fatores internos de cada sociedade, com destaque para as relações entre as classes sociais. Sobre essas políticas paira desde então também uma ambigüidade: de potencialmente representarem tanto uma conquista emancipatória das classes trabalhadoras como uma resposta às exigências da reprodução capitalista, e podem resultar em temor da ou apoio à democracia (cf. Esping-Anderson, 1990).

A prevalência crescente da visão liberal desde as últimas décadas do século 20, que pretende mercantilizar ao máximo as relações sociais, diminuiu a legitimidade da vinculação ética de expectativas normativas com o trabalho e fortaleceu seu caráter de *commoditie*. Com isso, gradativamente foi sendo minado tanto o efeito emancipatório como redistributivo das riquezas nas políticas sociais. Ao mesmo tempo, a precarização das relações de trabalho e o aumento do número de pessoas cuja trajetória biográfica não se baliza por sua profissão levou a que *política social* passasse a assumir uma conotação cada vez mais próxima de assistência aos pobres – com a agravante de estigmatizar a desocupação e a ocupação informal, sem influenciar na criação de oportunidades formais no *mercado* de trabalho.

Ao contrário das políticas sociais clássicas, vinculadas ao status de trabalhador, recentemente têm prevalecido políticas que envolvem transferência monetária para famílias. Sua peculiaridade é “uma articulação entre uma transferência monetária, como benefício direto e imediato atribuído às famílias pobres, e a política educacional direcionada às crianças e adolescentes dessas famílias” (Silva et al., 2004, p. 150), com o intuito de inserir e manter na escola as novas gerações e interromper o ciclo de reprodução da pobreza. Em alguns casos, a política vem associada à possibilidade de as mesmas crianças terem acesso a serviços básicos de saúde e de adultos na família serem alfabetizados, participarem de programas de qualificação profissional e acessarem outros serviços sociais. São programas de assistência, implementados independentemente de contribuição prévia. Além de critérios de elegibilidade, associam-se à política transferência de renda critérios de prioridade como situação de risco, presença de desemprego na família, área de residência, entre outros, e condicionalidades como a efetiva presença na escola, rendimento escolar, cuidados com a saúde. A legitimidade desses critérios de elegibilidade e, em especial, das condicionalidades são controversos (cf. Cohn, 2005).

Os programas de transferência de renda são um ingrediente fundamental das políticas sociais de muitos países e tem por objetivo criar uma rede de proteção social para as populações mais pobres mediante uma transferência de renda complementar (van der Veen e van Parijs, 1987). Embora já existisse desde 1986 uma rede européia para a discussão e implementação deste tipo de programa (*Basic Income European/Earth Network* - Bien⁴), no Brasil ela aportou principalmente através de um projeto de lei do senador Eduardo Suplicy, apresentado em 1991, que previa a implantação do Programa de Garantia de Renda Mínima. Este projeto ficou paralisado a espera de votação. Os programas posteriormente implantados, com destaque para o *Bolsa Escola*, do Distrito Federal, e mais tarde o *Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - Bolsa Escola*, em nível federal, trouxeram uma “inovação”: o condicionamento do acesso ao benefício a determinadas condições, as assim chamadas *condicionalidades*.

Ironicamente, esta proliferação de uma política derivada de uma proposta de universalização

4 Página oficial: <http://www.etes.ucl.ac.be/bien/Index.html>.

radical de direitos sociais de cidadania ocorre num contexto com tendências adversas: privatização e focalização. Como destaca o Ipea sobre este período: "Desde 1995, a gestão das políticas sociais e, em especial, as referentes à pobreza (assistência e segurança alimentar), passaram a ser progressivamente influenciadas por uma abordagem que destacava o papel da filantropia e da solidariedade social, e a participação do setor privado, seja lucrativo ou não lucrativo, na provisão de serviços e na oferta de bens. Essa abordagem tinha como matriz um modelo de "sistema misto de proteção social", que conciliava iniciativas do Estado e do terceiro setor. Várias propostas, por vezes contraditórias, confundiam-se neste campo: redução da atuação do Estado aos mais pobres, fortalecimento de parcerias com a sociedade, políticas sociais altamente focalizadas, ampliação da oferta a serviços sociais e mesmo universalização do acesso." (Ipea, 2007, p. 85-86). O que este texto do Ipea vem mostrando é que, pelo menos no Brasil, a proposta que vem prevalecendo é a que Silva et al. denominam de neoliberal.

Na transferência de renda via de regra as diversas esferas do governo cooperam. No Bolsa Família, por exemplo, há uma previsão de divisão de tarefas com a abertura para complementações diversas por parte dos estados e municípios. O governo federal se reserva a prerrogativa de elaborar as diretrizes gerais do programa e efetua o pagamento aos beneficiários, mas os outros entes federados, em especial os municípios, vêm ampliando sua participação nos processo de gestão e de controle social. Nesta parceria criou-se um Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que, segundo o Ipea, reflete o desempenho da gestão municipal do programa e serve de base para o repasse de recursos financeiros aos municípios. Além do cadastro, pesam na composição do IGD os indicadores de condicionalidades. Como bem mostrou Pizzinato (2006), a lista de condicionalidades, sua observância ou não e a apropriação política do Bolsa Família estiveram à mercê da estratégia eleitoral do governo de turno.

Cohn (2005) acertadamente coloca que "no centro dos problemas enfrentados pelos programas recentes de transferência de renda com co-responsabilidade das pessoas beneficiárias [sc. com condicionalidades], está a autonomia de cidadãos e cidadãs em situação de extrema pobreza ante a presença normatizadora do Estado".

Há dois aspectos nestas condicionalidades que precisam ser destacadas. Um, já apontado por Cohn (embora com desdobramento distinto na visão daquela autora), diz respeito à tensão/contradição entre a lógica da igualdade e a da emancipação envolvida nas políticas sociais com este tipo de vinculação. A lógica da *emancipação* implica na necessidade do fortalecimento da autonomia, da liberdade dos cidadãos com o intuito de que ele dê curso a sua biografia da maneira como lhe parecer melhor, nas condições socialmente dadas. A lógica da *igualdade* (no caso específico, vista como igualdade "de partida" e não "de chegada", da qual a escolarização é a política mais saliente), ao contrário, abre espaço para o poder normatizador e controlador do estado, que impõe aos beneficiários da política condições que não apenas limitam a liberdade de estruturação da biografia, mas em alguns casos tangenciam a questão da dignidade.

O outro aspecto a ser destacado é a "ponte" que as condicionalidades vão construindo de uma política voltada à cidadania para uma política clientelista. As restrições formais ao acesso, o controle das condicionalidades e a persistente ressignificação da política social como política de governo e não do estado (e, por conseguinte, da sociedade), permitem o trânsito do *sentido* desta política de um direito social da cidadania para uma ajuda mais ou menos generosa do governante.

Com esta despolitização, abre-se a porta para a prevalência da gestão tecnocrática das políticas sociais (cf. Cohn, 2005). Possivelmente se alcance assim melhoras significativas na alocação de recursos públicos para a minimização da pobreza e da extrema pobreza. Uma política pública destas, no entanto, reforça a submissão das pessoas às imposições estatais politicamente apropriadas e cria receptores submissos e, eventualmente, agradecidos da "ajudinha" que recebem do governo. O fortalecimento da cidadania da população pobre, ao contrário, pressupõe o fortalecimento do debate público não apenas da econométrica da pobreza, mas da desigualdade, de suas causas e superação; ele inclui a discussão da questão da justiça enquanto questão política, muito além de uma derivação moral secundária.

Participação: um ideal entre a cidadania emancipadora e a reificação

No seu texto *Reificación*, Axel Honneth (2007) faz uma interessante retomada daquele conceito – central na teoria crítica, mas um pouco esquecido em nossos dias.⁵ Ao aproximar os conceitos de *cuidado*, de Heidegger, e de *práxis*, de Lukács, Honneth chama a atenção de que o sujeito não se aproxima de uma realidade como um objeto para conhecê-la, mas que “estaria vinculado a ela com interesse existencial, de modo que esta se apresente sempre como acessível numa significação qualitativa” (p. 41). Este modo de aproximação tem uma implicação *normativa* enorme para a discussão metodológica, tanto em termos de pesquisa como de política social. Ela pressupõe que pesquisadores e formuladores de política participariam de tal modo da vida social que “se situariam na perspectiva daqueles que têm diante de si, cujos desejos, atitudes e reflexões tenham aprendido a compreender como razões de seu agir” (p. 47-48). Com isso Honneth destaca duas características indispensáveis do que ele denomina de *perspectiva participativa*: assumir a perspectiva do outro e compreender a sua ação.

Segundo esta tese, o ser humano está principalmente inserido numa relação consigo mesmo e com o mundo na forma de uma atitude de apoio; este é, por assim dizer, o ser humano do ser humano – que pode ser anulado por uma postura de reificação. Tanto os dados de uma pesquisa como as diretrizes de uma eventual política social estão situados em e são tributários de uma determinada qualidade da vivência social. A tecnificação da pesquisa e a tecnificação da formulação das políticas sociais desejosas de ditar normas de conduta ao cidadão – assim como sua apropriação e ressignificação na forma de clientelismo, retiram pelo menos uma, quando não as duas componentes que Honneth coloca como constitutivas da perspectiva participativa: a capacidade de assumir a perspectiva do outro e a de compreender a partir da perspectiva do outro suas razões para agir. No momento em que uma destas componentes constitutivas é “esquecida”, pode-se dizer que se forma uma *relação de reificação*.

Segundo Honneth, “reificação quer dizer um costume de pensamento, uma perspectiva que se fossilizou e se converteu em hábito, a partir de cuja adoção o sujeito perde a capacidade de envolver-se com interesse, do mesmo modo que seu entorno perde o caráter de acessibilidade qualitativa” (p. 51). Tudo indica que Lukács considerava que os próprios homens submetidos a determinadas práticas sociais habitualizadas (em particular o proletariado) os levaria a perderem sua capacidade de envolver-se com interesse com pessoas e acontecimentos ao seu redor, deixando de serem participantes para se tornarem tão somente observadores passivos. Se esta interpretação for correta, talvez tenha implicações altamente restritivas para as perspectivas de uma cidadania emancipatória, pois seria necessário encontrar quem se tornaria o sujeito emancipador – com o risco de abrir portas para novos messianismos ou mesmo para fortalecer o clientelismo.

Mas talvez seja possível ver como expostos ao risco de reificação por falta de possibilidades de participação qualificada não os “objetos” da pesquisa ou os “destinatários” da política, mas a relação que se estabelece com estas práticas sociais. Se esta interpretação estiver correta, todos os participantes da relação estabelecida podem assumir para si o desafio de reverter o “esquecimento” daquelas componentes que são constitutivas deste tipo de relação e com isso superar a objetificação dos seres humanos tão freqüente na pesquisa sobre pobreza e desigualdade social e na formulação de políticas para superá-las.

Referências

- Alarcón, Diana. *Mediciones de las condiciones de vida*. Washington: Indes/Bid, 2001. Disponível em: www.iadb.org.
- Barros, Ricardo Paes de et al. *A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza* [Texto para discussão n. 1256]. Rio de Janeiro, Ipea, 2007.

5 A conclusão a que o autor chega no texto mencionado, e em especial num complemento mais recente (Honneth, 2008a), que torna restritivas as condições para que se possa falar de *reificação* a ponto de praticamente ficar excluída sua ocorrência na atualidade, parece subtrair um pouco o mérito do resgate do conceito.

- Brady, David. Rethinking the sociological measurement of poverty. *Social Forces*, v. 81, n. 3, 2003, p. 715-752.
- Campos, André; Pochman, Márcio et al. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003-2006, 5 v.
- Cohn, Amélia (2005). Para além da justiça distributiva. *Observatório da cidadania*, p. 50-55 [disponível online]
- Esping-Andersen, Gosta. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- Ferranti, David de et al. *Inequality in Latin America and the Caribbean: breaking with history?* Washington: World Bank, 2003. Disponível em: www.worldbank.org
- Galbraith, John Kenneth. *The affluent society*. New York: New American Library, 1958.
- Geremek, Bronislaw. *Geschichte der Armut: Elend und Barmherzigkeit in Europa*. München: DTV, 1991.
- Klocke, Andreas. Methoden der Armutsmessung: Einkommens-, Unterversorgungs-, Deprivations- und Sozialhilfekzept im Vergleich. *Zeitschrift für Soziologie*, Bd. 29, Nr. 4, 2000, S. 313-329.
- Honneth, A. (2007). *Reificación: un estudio en la teoría del reconocimiento*. Buenos Aires: Katz.
- _____. (2008). Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. *Civitas*, v. 8, nº 1, p. 46-67.
- _____. (2008a). Observações sobre a reificação. *Civitas*, v. 8, nº 1, p. 68-79.
- McNamara, Robert. *Ansprache an den Gouverneursrat - Nairobi, Kenia*, 1973. Washington: Weltbank. Auch in: *Die Jahrhundertaufgabe - Entwicklung der Dritten Welt*. Stuttgart, 1974.
- Pizzinato, Ana Paula. (2006). *A transferência de renda no Brasil: o Bolsa Família nas eleições 2006 - origem, problemas e perspectivas do programa*. Trabalho de Conclusão. Curso de Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre.
- Silva et al. (2004). A política social brasileira no século XXI – a prevalência de programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez.
- Sobottka, E. A. (2006). Por que se faz políticas sociais no Brasil? Notas sobre estratégias de legitimação nos últimos dois governos. *Civitas*, v. 6, nº 1.
- _____. (2007). Armut und Armutsfolgen in Ländern der peripheren Moderne. In: Ronald Lutz; Leonie Wagner. (Org.). *Internationale Aspekte der Sozialen Arbeit*. Frankfurt am Main: Iko Verlag.
- Van der Veen, R. J. e van Parijs, Ph. (1987). A capitalist road to communism. *Theory and Society*, v. 15, p. 635-655.